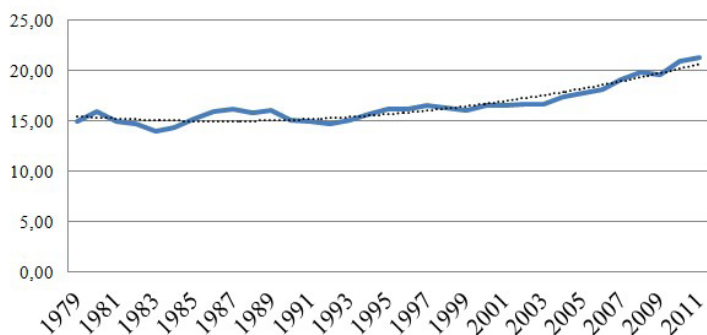


Política Econômica e Sustentabilidade do Crescimento

Desde 1999, a política econômica brasileira está apoiada no tripé associado a três institutos: sistema de metas inflacionárias, ajuste fiscal e câmbio flexível. Considerado o câmbio flexível, o esforço na busca pelo equilíbrio econômico se concentra na coordenação entre as políticas monetária e fiscal.

O Brasil conviveu com elevadas taxas de inflação e processos hiperinflacionários durante a década de 1980 até meados dos anos 1990, com o advento do plano Real em 1994. O período foi caracterizado por taxas de crescimento da renda per capita baixas, alternadas entre taxas anuais positivas ou negativas, com média de 2,02% ao ano, cuja inconstância impossibilitou o aumento generalizado da produtividade, dos salários e dos padrões médios de vida da sociedade, indicadores do progresso econômico e, também, do desenvolvimento nacional.

Gráfico 1. Evolução do PIB Per Capita – 1979 a 2011 R\$ mil

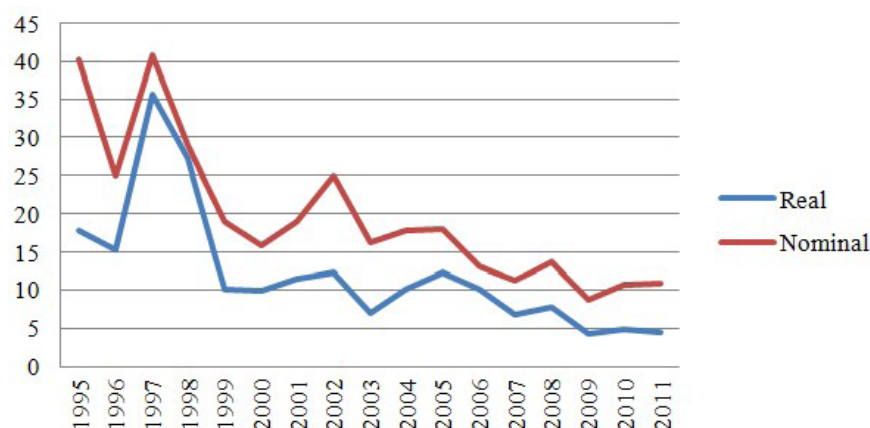


Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A estabilidade dos níveis de preços da economia é uma condição necessária para que o crescimento tenha sustentabilidade ao longo dos anos.

Ações de política monetária - A autoridade monetária brasileira elegeu como instrumento de combate à inflação o controle da taxa de juros. O gráfico 2 evidencia a tendência de queda, a partir de 1995, da taxa de juros nominal (Selic) e da taxa de juros real (Selic deduzida da taxa do IPCA).

Gráfico 2. Taxas de Juros Nominal (Selic %) e Real (Selic % - IPCA%)* – 1995 a 2011



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *Taxas anualizadas.

Os anos 1980 foram marcados pela estagnação do crescimento, cuja retomada ocorre a partir de 1994, com a estabilização do nível geral de preços. Em 1995, a inflação apresentava uma taxa de 22,41% a.a. e diminuiu para 6,50% a.a. em 2011.

Apesar da tendência de baixa das taxas de juros real e nominal, o Brasil ainda apresenta uma das mais elevadas taxas de juros do mundo. A taxa de empréstimos em termos reais do Brasil em 2010 foi de 30,4%. Apenas Madagascar apresentou uma taxa superior, de 37,9%. A da África do Sul foi de 1,64%, a da Rússia, de -0,49% e a da China, de -0,74%.

A evolução das reservas internacionais apresentou viés levemente positivo de 2000 a 2005. A partir de 2005, no entanto, esse viés acentuou-se e o estoque de reservas passou de US\$ 53.799,29 milhões para US\$ 352.012,07 milhões em 2011.

Quanto maior a taxa básica de juros, mais custosa se torna a tomada de empréstimos e de financiamentos necessários à alavancagem da atividade econômica e, por conseguinte, há menos incentivos à expansão da economia.

Ações de política cambial - A política cambial engloba um conjunto de ações e orientações adotadas pelo Bacen com vistas ao equilíbrio das contas externas e à redução da volatilidade da taxa de câmbio, por meio de operações de compra e venda de moeda estrangeira.

A taxa de câmbio, contudo, não pode ser o principal instrumento para assegurar a competitividade das exportações. A inserção competitiva dos produtos nacionais no mercado internacional depende de modificações estruturais – aperfeiçoamento do sistema tributário, melhoria na infraestrutura, treinamento e capacitação de mão de obra, incremento em pesquisa e desenvolvimento, entre outras – que gerem reais ganhos de produtividade, e os tornem mais atraentes.

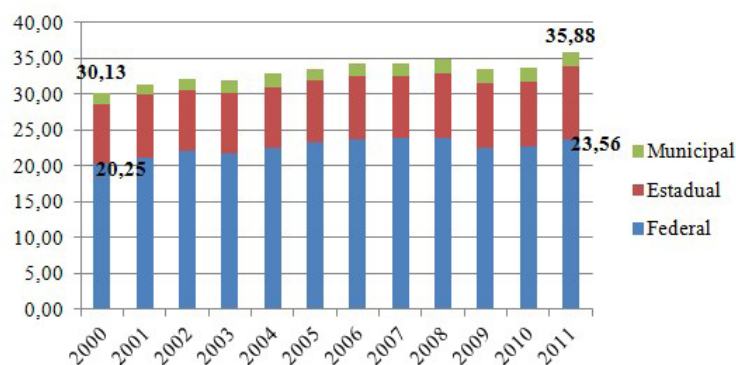
Ações de política fiscal - A política fiscal é conhecida por envolver operações relacionadas aos dispêndios do Estado e aos recursos necessários para o seu financiamento, e pela influência que tais gastos e receitas exercem sobre a contração ou sobre a expansão da atividade econômica.

A gestão da dívida pública demanda comprometimento com as metas de resultado primário e de resultado nominal, para que se contenha o avanço da dívida pública tanto em relação ao PIB como em valores nominais, aumentando a disponibilidade de recursos para serem aplicados em políticas públicas e auxiliando a queda da taxa básica de juros da economia. A sustentabilidade do crescimento econômico requer a sustentabilidade da dívida pública, e, por conseguinte, exige responsabilidade na sua gestão.

Com relação à carga tributária, outro importante instrumento de política fiscal, tem-se que em 2000, a carga tributária total (que inclui as esferas federal, estadual e municipal) e a carga tributária federal correspondiam a 30,13% e 20,25% do PIB, respectivamente. Já em 2011, evoluíram para 35,88% e 23,56%, respectivamente.

Gráfico 3. Carga Tributária Brasileira – 2000 a 2011 (% PIB)

Uma carga tributária elevada, associada a um sistema tributário complexo, gera custos e desincentivos à atividade produtiva e ao consumo, impactando negativamente o crescimento econômico.



A ação do governo nos últimos anos apresenta avanços significativos em vários aspectos econômicos – queda recente e significativa nas taxas de juros, controle inflacionário, atuação responsável da autoridade monetária, redução da dívida externa, institucionalização das metas fiscais e de seu cumprimento, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outros. No entanto, alguns desafios ainda persistem para atenção das autoridades e dos gestores responsáveis pela condução da política econômica, como **assegurar o cumprimento das metas de inflação em um contexto de juros reduzidos; ajustar o gasto público, para que se diminua a necessidade de seu financiamento com endividamento e para que mais recursos sejam aplicados em benefício da sociedade; e enfrentar a questão tributária.**